

O “novo modelo americano”: dos empregos McDonald’s à greve dos *teamsters* (UPS)

*Ariovaldo de Oliveira Santos**

Resumo:

O artigo que se segue analisa a greve dos trabalhadores da United Parcel Service (UPS), realizada em 1997. Trata-se de demonstrar os elementos que conduzem à eclosão do movimento assim como a relação da greve com o atual processo de mundialização da economia e precarização da força de trabalho. O texto procura ainda levantar elementos explicativos para o fato desta greve ter sido concluída com a vitória dos trabalhadores, contrariamente ao que vinha ocorrendo até então junto a outras categorias de assalariados americanos.

Diversas são as dificuldades vividas pelo sindicalismo dos diversos países ao longo dos últimos anos e, em particular, durante os anos 1990. Diante do caráter mais ou menos global dos problemas enfrentados pelas diversas organizações de trabalhadores, a expressão “crise do sindicalismo” se tornou cada vez mais freqüente. No entanto, se efetivamente a crise existe, é um fato também que, no período recente, algumas grandes greves vieram desmentir que o sindicalismo e as lutas dos trabalhadores só poderiam ou podem avançar através da adoção de uma política de conciliação com os interesses do capital. É o caso, por exemplo, da recente greve dos *teamsters* da United Parcel Service (UPS), nos Estados Unidos e que constitui o objeto deste texto.

Segundo a análise que apresentamos, a greve em questão transcende o aspecto de um simples conflito entre o capital e o trabalho por melhores salários e condições de vida. Ainda que estas questões estejam inevitavelmente presentes, o movimento ganha em importância pois se constituiu em mais uma luta de peso contra a lógica destrutiva do processo de mundialização capitalista das economias. Protesto tanto mais significativo pois demonstrou, também, a possibilidade de soldar os interesses dos trabalhadores precarizados com os “estáveis”, assim como defender os interesses mais gerais do mundo do trabalho a partir de lutas imediatas.

* Professor na Universidade Estadual de Londrina, Doutor em Sociologia do Trabalho, Universidade Paris I – Sorbonne. e-mail: ariovald@uel.br

Observemos, inicialmente, que as últimas duas décadas foram marcadas por uma forte expansão do mercado de trabalho americano. As estatísticas revelam que, desde 1980, mais de 27 milhões de empregos foram criados na economia formal norte-americana. Deste total, mais de 12 milhões teriam sido produzidos depois de 1990 como consequência dos 7 anos de crescimento consecutivo da economia do país. Em cifras, isto representa uma média de 2% de novos empregos gerados anualmente e, segundo as estatísticas, a média até o ano 2005 será de 1,5%. A isto se acrescenta uma média de três meses entre a saída de um emprego e a conquista de um novo.

Animados pelas estatísticas oficiais, diversas análises se apressam em desenhar a imagem dos Estados Unidos como sendo a de um país que marcha contra a corrente em relação às outras nações do capitalismo mais desenvolvido e, conseqüentemente, como um modelo a ser seguido. Afinal, não constituiria um fato que o desemprego no país se manteve praticamente estável enquanto a tendência geral foi de um aumento constante? Não seria também um fato que nos últimos anos os Estados Unidos caminharam em direção a uma situação classificada pelos economistas como sendo próxima ao pleno emprego?

TAXA DE DESEMPREGO (1974-1996)¹

PAÍSES	74-79	80-90	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996*
E. U. A.	6,7	7,0	5,5	6,7	7,4	6,8	6,1	5,6	5,4
Inglaterra	4,2	9,2	11,1	11,0	10,7	10,3	9,2	8,2	7,6
Japão	1,9	2,5	2,1	2,1	2,2	2,5	2,9	3,2	3,3
Áustria	1,7	3,3	3,2	3,3	3,7	4,2	4,4	5,9	6,2
Noruega	1,8	3,0	5,2	5,5	5,9	6,0	5,5	4,9	4,2
Suécia	1,9	2,4	2,0	3,1	5,3	8,2	8,0	7,7	7,9
Holanda	4,9	...	7,5	7,0	6,8	8,1	7,5	7,1	6,6
Canada	7,2	9,2	8,1	10,3	11,3	11,2	10,4	9,5	9,6
Dinamarca	...	8,1	9,5	10,4	11,1	12,2	12,1	10,3	8,9
Portugal	6,0	7,1	4,7	4,1	4,0	5,5	6,8	7,2	7,2
Alemanha	3,4	6,7	6,2	6,7	7,7	8,9	9,6	9,4	10,3
França	4,5	9,0	8,9	9,5	10,2	11,7	12,4	11,7	12,4
Itália	6,6	10,0	5,9	8,3	10,1	10,4	11,3	12,0	12,2
Finlândia	4,4	4,7	3,5	7,6	13,1	17,9	18,4	17,2	16,4
Irlanda	7,6	14,2	13,7	15,8	17,2	16,6	14,8	12,2	12,0
Espanha	5,3	17,4	16,3	16,3	18,4	22,7	24,1	23,3	22,7

Fonte : OCDE

* Dados provisórios.

1. Dados extraídos de *L'observateur de l'OCDE*, nº 190, out-nov. 1994, p. 43-44; *L'observateur de l'OCDE*, nº 195, out-set. 1995, p. 49; *L'observateur de l'OCDE*, nº 204, fev-mar. 1997, p. 47.

Diante dos resultados estatísticos, uma outra conclusão é frequentemente colocada em destaque pelos organismos oficiais: a “boa saúde” da economia americana é resultado das reformas neoliberais promovidas a partir do primeiro governo Ronald Reagan, nos anos 1980, e aprofundada pelos seus sucessores, inclusive pelo atual presidente Bill Clinton. Neste sentido, acentuam as diversas análises, seria necessário generalizar este modelo a outros países para que os mesmos “resultados positivos” se reproduzam. Mais ainda, esta fórmula seria possível de ser aplicada não somente nos países do capitalismo avançado mas também nos países do capitalismo periférico.

No entanto, sobre quais pilares se funda este “modelo de sucesso” a ser exportado indistintamente aos outros países? Sob este aspecto, o silêncio é quase absoluto. E, para isto, as razões são múltiplas, pois a essência do “novo modelo americano” é alimentada pela exclusão e miséria social de amplos contingentes da população, ou ainda por uma situação em que os “bons empregos”, bem remunerados e bem protegidos, são eliminados pelos empregos Mc Donald’s, isto é, mal remunerados, precários e a tempo parcial. (Snow e Anderson, 1998.) Assim, segundo um recente estudo, de 640 chefes de empresas consultados, 575 declararam fazer recurso à subcontratação e aos empregos precários. Segundo o economista Jeremy Rifkin, os dados são ainda mais preocupantes uma vez que as estatísticas não consideram os milhões de trabalhadores que nos anos 1980 possuíam um emprego a tempo pleno e estável e que, hoje, devem aceitar um emprego a tempo parcial ou precário. (D’avout, 1997: 38)

A situação se agrava quando se considera que os baixos salários conduzem uma ampla massa de trabalhadores a não possuir um seguro médico e hospitalar. Segundo as estatísticas, 18% da população americana não possui o seguro social, o que corresponde a 40 milhões de americanos. A estes se acrescentam outros 20 milhões que são mal assegurados. Tendência que se acentua em razão de que a maior parte dos empregos criados foram em pequenas empresas, cujos efetivos são em geral inferiores a 20 empregados e que não oferecem de seguro social a seus funcionários.

Enfim, a partir de 1973, houve uma baixa sensível do salário horário médio no país e a distância entre a base e o topo da pirâmide salarial se aprofundou. Assim, a relação entre a remuneração anual de um operário e de um patrão, que era de 1 para 41 em 1975 aumentou de 1 para 187, em 1994. A isto se acrescenta um recuo de 25% do valor do salário mínimo entre 1979 e 1994. (Halimi, 1997; Petras, 1999.) Esta tendência à baixa se traduz pela existência em solo americano de 36,4 milhões de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza absoluta. O abandono da política de *welfare state* contribui, para agravar a situação. Assim, em 1994, um total de 14,4 milhões de americanos recebiam uma assistência federal enquanto estes representam hoje somente 11,9 milhões. (D’avout, 1997: 39)

É neste contexto de degradação social promovida pelo “novo modelo americano” que pode ser situada a última greve dos trabalhadores da United Parcel Service (UPS). Greve tanto mais significativa sob dois pontos de vista. Primeiramente,

quando se considera que a empresa empregava, à época do conflito, 300 mil trabalhadores, sendo ainda responsável pela distribuição de 80% das encomendas em todo o país, o que representa 6% do PNB americano nos Estados Unidos. A isto se acrescenta que a empresa não havia sofrido nenhum movimento de greve por parte de seus funcionários, em seus 90 anos de existência. Enfim, a greve se revelou importante também por se inserir no quadro de retomada das lutas sociais dos trabalhadores norte-americanos, após o longo refluxo ao qual foi conduzido o sindicalismo do país desde o início da "era Reagan". Observe-se, a título de exemplo, que à greve da UPS soma-se, atualmente, outra luta significativa, que ocorre no território norte-americano: a dos trabalhadores da indústria automobilística, da qual a greve na GM constitui uma amostra. (Oliveira; Martins; Moody, 1998)

No que concerne à UPS, a greve começou no dia 4 de agosto com piquetes diante dos centros de triagem e distribuição da empresa. Dirigindo o movimento estava o sindicato dos motoristas (*teamsters*), que contava, em 1997, com 185 mil trabalhadores da UPS. O movimento foi significativamente reforçado pela adesão dos pilotos de avião que prestam serviços à UPS. Fato importante pois, por este meio de transporte, circulavam diariamente, através de 500 aviões, mais de 12 milhões de encomendas.

Desde o início, dois pontos centrais marcaram o movimento dos trabalhadores da UPS. Primeiramente, o emprego, questão crucial para os trabalhadores da UPS uma vez que 3/5 dos trabalhadores da empresa dispunham de contratos a tempo parcial e recebiam salários horários frequentemente inferiores à metade dos obtidos por aqueles contratados a tempo pleno. Investindo contra esta tendência, o sindicato dos *teamsters* colocou a demanda de criação de 20 mil empregos a tempo pleno para os próximos cinco anos. O segundo ponto da pauta de reivindicações concernia à aposentadoria. A companhia pretendia substituir o sistema em vigor, administrado pelos *teamsters unions* em comum acordo com os planos de aposentadoria de outras empresas. Ao sistema de solidariedade entre os *teamsters* das diversas empresas a UPS lançou a proposição de um novo plano que cobriria somente seus empregados e cuja a gestão seria assegurada não pelo sindicato mas pela companhia.

Assim, através da greve, os *teamsters* investiram ao mesmo tempo contra uma situação de degradação intensiva das condições de trabalho e contra a tentativa da empresa de enfraquecer a presença sindical em seu interior. Neste sentido, o enfraquecimento era perseguido de uma dupla forma. De um lado, através da eliminação do sindicato como gestor de recursos destinados às aposentadorias dos trabalhadores. De outro, tentando isolar os *teamsters* da empresa do resto da categoria, por meio da criação de um plano específico que não contemplaria a totalidade dos trabalhadores do setor.

A disposição dos *teamsters* da UPS para conquistar os dois pontos centrais da pauta de reivindicações era evidente quando se considera que no décimo dia de conflito 90% das atividades da empresa estavam paralisadas. No entanto, se a

disposição de luta era forte, para isto contribuíram alguns fatores suplementares. Primeiramente, a forte sustentação financeira dada ao movimento pela AFL-SCIO ao *International Brothers Teamsters* (IBT). Para a AFL-SCIO, que passa atualmente por um profundo processo de reestruturação, a greve deveria servir como um exemplo a ser seguido e não como um conflito puramente localizado. E isto tanto mais à medida que ela tocava em pontos que constituem centro de preocupação para os trabalhadores de outras categorias profissionais. Assim, segundo John Swenney, à época dirigente da AFL-SCIO : “Como o combate dos *teamsters* é nosso combate, nós iremos fazer de sua greve nossa greve (...) Esta greve coloca em destaque a voracidade das empresas e as condições às quais os trabalhadores são confrontados. Ela pode ser um fator de mobilização do movimento sindical e dos trabalhadores dos outros setores da economia”. (Kauffmann, 1997) Determinação reforçada pelo presidente do sindicato dos *teamsters*, Ron Carey, ao afirmar: “após ter engolido durante 15 anos, chegou o tempo de responder”. (Kauffmann, 1997)

Ao dar seu apoio aos *teamsters*, a AFL-SCIO assumia seu compromisso de respaldar uma categoria que pertence a seus quadros de afiliados, desde 1987. Mas o apoio ao movimento constituiu, ao mesmo tempo, mais um esforço da AFL-SCIO para se reaproximar de suas bases. Sobretudo em um momento onde a taxa de sindicalização não cessa de cair. Entre 1955 e 1997, a taxa de sindicalizado da confederação passou de 30% a menos de 16%. As reestruturações industriais atingiram diretamente os sindicatos ligados à AFL-SCIO e, conseqüentemente, a própria central. A UAW tinha 1,5 milhão hoje tem 500 mil. A United Steel Workers passou de 1,1 milhão a 700 mil. A taxa de sindicalização dos jovens entre 16 e 24 anos é de apenas 6,2% e entre os de 45 a 54 anos de 22,5%. Os homens são mais sindicalizados (17,9%) do que as mulheres (12,9%). Enfim, atualmente, a principal força da central são os funcionários públicos (agentes federais, governamentais ou municipais). Eles totalizam 7 milhões, ou seja, 43% dos efetivos. A taxa de sindicalização dos funcionários públicos é de 38,8% enquanto ela não é superior a 2,3% entre os agrícolas e 11% entre os trabalhadores do setor privado. Situação negativa que persiste também em razão da forte repressão patronal aos trabalhadores sindicalizados. Fato tanto mais evidente quando observado que o salário de um sindicalizado é em geral superior e, conseqüentemente, mais atrativo, que o de um trabalhador não sindicalizado (615 dólares contra 462 dólares).

A redução nas taxas de sindicalização afetaram fortemente o sindicalismo dos diversos países. No caso que nos interessa neste artigo, a queda não deixou de ser igualmente significativa. Assim, segundo um recente relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no período de 1985 a 1995 a totalidade das entidades sindicais dos Estados Unidos sofreram uma forte perda de seus efetivos. Estes se encontram reduzidos atualmente a 14,2% enquanto totalizavam 29,6% em 1970, segundo dados do Instituto Sindical Europeu.

Enfim, fornecendo seu apoio ao movimento, a AFL-SCIO buscava também dar mais um passo no sentido de construir uma nova base sindical em um momento em que se verifica uma queda constante dos efetivos industriais e o deslocamento

TAXA DE SINDICALIZAÇÃO²

PAÍSES	1970	1975	1980	1985	1988	1995
Estados Unidos	29,6	28,9	23,2	18,3	16,1	14,2
Japão	35,1	34,4	31,1	28,9	26,8	24,0
Alemanha	37,9	41,7	42,9	44,0	40,1	28,9
França	22,3	22,8	19,0	16,3	12,0	9,1
Itália	40,8	54,2	60,5	59,5	12,0	44,1
Inglaterra	49,7	53,6	56,3	50,5	46,1	32,9
Canadá	31,1	34,4	35,1	35,9	34,6	37,4

dos empregos em direção ao setor de serviços. Este último responsável pela maior parte dos empregos criados no período recente, mas também a origem da proliferação dos empregos Mc Donalds, isto é, fracamente remunerados, precários e a tempo parcial.

Um segundo fator contribui para a força da greve dos trabalhadores da UPS. O movimento contou com o apoio de 55% da opinião pública enquanto somente 27% se mostravam favoráveis à empresa. Além disto, $\frac{3}{4}$ da opinião pública julgavam que a negociação deveria ser o caminho e que o governo não deveria intervir no conflito. Fato tanto mais significativo posto que em 1981, por ocasião da greve dos controladores aéreos, 51% da opinião pública estava favorável a Ronald Reagan e somente 24% se manifestavam favoráveis aos sindicatos.

A explicação a esta popularidade da greve pode ser localizada no fato de que o movimento se fez em torno de pontos que eram do interesse direto da totalidade da população. No caso da greve dos UPS, estes pontos se fizeram em torno da reivindicação, pelos grevistas, de uma igualdade de direitos, sobretudo entre os trabalhadores UPS a tempo pleno e os trabalhadores a tempo parcial. A isto se acrescenta uma condenação direta, feita pelos sindicatos dos *teamsters*, a questões que atingem a maioria dos americanos, isto é, uma forte precarização das condições de trabalho acompanhada por uma repartição cada vez mais desigual dos frutos do crescimento. Somente na década de 1990, as remunerações aumentaram a um ritmo sete vezes menor que a produtividade. No caso da UPS, entre 1993 e 1997, do total de empregos criados, menos de 20% foram a tempo pleno e dispendo de uma remuneração salarial normal ao resto dos trabalhadores da empresa. Situação que contrastava fortemente com os lucros obtidos pela empresa no mesmo período, apesar das recusas da UPS em fornecer aumentos salariais sob o argumento de que o atual processo de mundialização da economia a impedia de tomar uma tal iniciativa. Em resumo, o movimento investiu contra a

2. Dados do período 1970-1988 fornecidos pelo Instituto Sindical Europeu e publicados em *DE FATO*, ano 1, nº 2, dezembro 1993/fevereiro 1994, p. 20. Dados de 1995, fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e publicado no jornal *Le Monde*, 6 de novembro de 1997.

idéia de uma América a “duas velocidades” ou uma “América a tempo parcial”. O tempo de trabalho parcial representa hoje 18,3% da PEA contra 14% em 1968. Levantando esta bandeira contra a precarização e unindo nesta luta os trabalhadores estáveis com os instáveis, os trabalhadores da UPS conseguiram realizar uma greve popular.

A popularidade da greve, encerrada no dia 18 de setembro, foi decisiva no sentido de impedir a intervenção do governo Clinton no conflito. Procedimento que contraria amplamente a tendência verificada nos anos 1980 e 1990. Segundo a legislação em vigor nos Estados Unidos, o patronato pode contratar substitutos em caso de greve ou pedir ao governo para decretar o fim do movimento. Segundo a lei Taft-Hartley, o governo pode obrigar os grevistas a retornar ao trabalho se a greve constituir uma “ameaça à saúde e à segurança do país”. É significativo observar que o governo Clinton não hesitou em intervir, em fevereiro de 1997, para impedir a greve dos 9,3 mil pilotos da American Airlines se baseando em uma lei de 1926 sobre os caminhos de ferro, mesmo tendo em consideração que esta lei não havia sido utilizada nos últimos trinta anos.

A conjugação destes fatores contribuiu diretamente para a vitória dos *teamsters* da UPS. Vitória tanto mais significativa pois se trata de uma categoria que reúne uma base de sindicalizados de 180 mil trabalhadores. A isto se acrescenta o fato de que a última grande greve de trabalhadores nos Estados Unidos, ocorrida em 1981 e envolvendo 13 mil controladores aéreos, havia terminado por uma grande derrota. Resultado que condicionou largamente os obtidos por outros movimentos de greve ao longo dos anos subsequentes. Para além das conseqüências futuras do movimento, em nível imediato, ele obteve da empresa um acordo coletivo para os próximos cinco anos, enquanto a UPS propunha um acordo de três anos. A empresa se compromete também a contratar progressivamente 10 mil trabalhadores em tempo integral enquanto sua proposta inicial era de somente 1 mil novos empregos a tempo pleno. Além disto, os *teamsters* da UPS conseguiram aumentos no valor das aposentadorias sem renunciar ao sistema atualmente existente. Enfim, com a greve os *teamsters* da UPS obtiveram ainda o compromisso, por parte da empresa, do aumento progressivo dos salários dos trabalhadores a tempo parcial.

Ao saírem vitoriosos, os *teamsters* da UPS conseguiram realizar um movimento diferente dos outros que o antecederam. Internamente aos Estados Unidos, a greve dos UPS marcou o fim de uma série de derrotas consecutivas do sindicalismo daquele país. Antes da greve dos UPS os movimentos deste gênero haviam recuado fortemente e os resultados eram, muito freqüentemente, negativos aos grevistas. A isto se acrescenta que a última grande greve no país foi a dos controladores aéreos, em 1981, que terminou com uma dura repressão do governo ao movimento por meio da demissão de 11,5 mil trabalhadores e a firme decisão da administração Reagan impedindo a readmissão dos licenciados.

A recessão americana de 1981 serviu de estopim para uma vasta ofensiva anti-sindical por parte do patronato e do Estado. Neste sentido, uma certa tradição do

sindicalismo americano é rompida em 1981. Daley observa que depois de 1935 "os sindicatos e os chefes de empresa se posicionaram de acordo sobre a natureza das relações industriais". Por outras palavras, "as negociações coletivas abriam caminho para a elevação dos salários e estas favoreciam o crescimento econômico sem no entanto colocar em questão a autoridade patronal no interior da empresa. Assim, renunciando a toda forma de contestação do sistema, mas disposto a lhe imprimir um curso social mais progressista, os sindicatos americanos se integram fortemente ao consenso keynesiano". (Daley, 1993: 12)

A ofensiva anti-sindical é tanto mais profunda posto que ela atinge também o "sindicalismo de negócios", apoiado desde suas origens sobre a organização da venda coletiva da força de trabalho. Os efeitos da ofensiva anti-sindical são visíveis quando se considera a evolução dos salários dos trabalhadores americanos. Durante o período 1980-1990 o salário mínimo americano não sofreu nenhuma elevação. Muito pelo contrário, ele registrou uma perda de 30% de seu poder de compra. Além disto, "as medidas de proteção contra os acidentes e as doenças profissionais foram atenuadas para as pequenas empresas". Enfim, durante os dois governos Ronald Reagan, seguido pelo de George Bush, o Estado americano "deixou de intervir nos conflitos sociais", salvo nos casos onde se fez necessário sua ação direta "contra as organizações operárias". O que ocorreu "cada vez que as organizações de trabalhadores davam sinais de estar a ponto de obter" resultados. A todo este quadro negativo se acrescenta a intensificação da "prática patronal consistindo em substituir definitivamente os grevistas por novos empregados", o que esvaziou de forma significativa o "direito de greve dos trabalhadores americanos". (Daley, 1993: 12)

Contra estes ataques, a impotência do movimento sindical americano foi evidente, apesar do fato de que entre 1980 e 1987 estas tenham sido numerosas junto às empresas, reunindo mais de mil trabalhadores. Vale ainda observar que o declínio dos movimentos grevistas continuou nos anos 1990 sem que o patronato e o Estado abandonassem seus ataques contra o mundo do trabalho americano. Na realidade, assinala Bouquin, contrariando "todas as expectativas das direções sindicais, a retomada econômica iniciada no final dos anos 1980 não conduziu a uma postura mais maleável por parte do patronato. Muito pelo contrário, este se mostra hoje bastante desinteressado pelo sindicato que joga a carta da colaboração e da paz social. Hoje, o projeto patronal é de destruir o poder sindical através de *lock-out*, de fura-greves e de tecnologia de ponta jurídica". (Bouquin, 1995: 28)

Os efeitos de uma tal política sobre o movimento sindical são evidentes no caso da siderurgia e da indústria automobilística, onde a supressão de empregos foi massiva. No caso da siderurgia, o corte progressivo de efetivos não produziu nenhuma protestação de massa ao nível local e menos ainda nacional. O mesmo sendo válido para o setor automobilístico que perdeu, entre 1980 e 1986, um total de 400 mil empregos. (Collomp, 1987: 14-15)

Por outras palavras, as greves tenderam a se reduzir não porque os sindicatos conseguiram obter e assegurar conquistas para os trabalhadores. Elas recuam pela

dificuldade de se obter um ganho real através de uma ação ofensiva contra o capital. Fato para o qual contribui a contínua ação do Estado contra as possibilidades de uma vitória de cada movimento realizado. As dificuldades vividas pelo movimento sindical podem ser observadas de uma maneira mais concreta no caso da greve de março de 1996 dos trabalhadores da General Motors. Apesar da realização de uma greve de 17 dias o United Auto Workers não conseguiu resultados frente aos esforços da GM para reduzir seus custos de produção através da intensificação progressiva da subcontratação, que é hoje de 30% contra 50% na Ford e 70% na Chrysler, duas de suas principais concorrentes. A decisão da General Motors implicou novos ataques contra os tradicionais contratos de trabalho por três anos, um dos pilares de sustentação do modelo americano. (Hubert-Rodier, 1996: 15)

Ao mesmo tempo que interrompem uma série de derrotas vividas pelo sindicalismo americano, o movimento dos *teamsters* investiu contra a lógica dominante da globalização da economia ao se posicionar contra a flexibilização e precarização da força de trabalho que tem nos empregos do tipo Mc Donald's sua principal fonte de expressão. Precarização que se exprime através de recente pesquisa realizada pela *PBS-USA Today* que revela que 70% dos americanos sofrem pela insegurança do emprego e pelo estresse profissional, 33% declaram trabalhar mais de 45 horas por semana e 12% um total de 60 horas. O movimento de greve investiu ainda contra esta lógica destrutiva ao estabelecer um laço de união entre os interesses dos trabalhadores estáveis contra os temporários e precarizados. União que se traduziu na defesa de aumentos salariais e igualdade de remunerações para a totalidade dos trabalhadores da UPS, assim como a transformação dos empregos temporários em emprego a tempo pleno. Assim, se por um lado, os *teamsters* da UPS perderam duas semanas de salários, por outro eles obtiveram o compromisso, por parte da empresa, de criação de 10 mil novos empregos a tempo integral, valorização de salários de 2,8% por ano para os empregados a tempo pleno e de 7% para os de tempo parcial.

Ao se posicionar contra a precarização da força de trabalho, a instabilidade do emprego e a lógica destrutiva do processo, o movimento dos *teamsters* da UPS reforçou significativamente a série de movimentos realizados nos últimos anos pelos trabalhadores de outros países, que retomam a greve como uma medida de defesa dos seus interesses e a transformam em instrumento eficaz para obter o atendimento de suas reivindicações. A título de exemplo ressaltamos a greve do setor público na França, em novembro e dezembro de 1995; a greve dos professores belgas, em 1996, e a greve dos trabalhadores coreanos, em janeiro de 1997. Um quarto exemplo que merece ser citado é a marcha dos 200 mil sobre Boon, realizada em junho de 1996, com a finalidade de impedir a introdução de reformas neoliberais no *welfare state* alemão. Assim, a greve dos trabalhadores da UPS deve ser analisada também em sua dimensão mais globalizante. Por outras palavras, é tendo em consideração o quadro internacional e nacional de lutas conduzidas pelo universo do trabalho que podemos compreender a dimensão e importância do movimento dos *teamsters* da UPS. De

um lado, ela se apresenta como uma manifestação de recusa às práticas de gestão da força de trabalho desenvolvidas nos Estados Unidos ao longo dos últimos 20 anos. Fato que ganha amplitude quando se considera que UPS é uma empresa de dimensão nacional e internacional, além de ocupar um papel de importância na economia do país. Mas, ao fazer esta recusa, os trabalhadores da UPS acabam por remeter em questão a lógica que produz a precarização da força de trabalho, ou seja, o movimento de mundialização do capital.

A greve na UPS colocou também em cheque a idéia de que nas novas condições de produção mundial a reivindicação direta porta menos frutos que a adoção de práticas tripartites pelos aparelhos sindicais junto ao Estado e ao patronato. Neste sentido, é significativo observar que, tanto a vitória obtida pelos trabalhadores americanos quanto a obtida pelos trabalhadores franceses, belgas e coreanos resultaram da ação decisiva das bases sindicais que fizeram da greve um eficaz instrumento de luta. Poderíamos mesmo afirmar que, embora sejam greves que ferem mas não destroem em profundidade a lógica do capital, estas greves foram fortemente animadas pelo espírito de que os trabalhadores não haviam nada a perder senão suas próprias amarras.

BIBLIOGRAFIA

- BOUQUIN, Stéphen. (1995). "Crise et renouveau du syndicalisme aux Etats-Unis". *In: Collectif*, nº 26.
- COLLOMP, Catherine, DEBOUZY, Marianne et Le Bar, Sylvie. (1987). *Les salaires dans l'Amérique de Reagan*, Presses Universitaires de Nancy, Nancy.
- D'AVOUT, Françoise. (1997). "La face cachée du miracle américain". *In: Liaisons sociales*.
- DALEY, Anthony. (1993). "Nouvel espoir pour les syndicats aux Etats-Unis". *In: Le Monde Diplomatique*, novembro.
- DELATTRE, Lucas. (1997). "La représentation syndicale diminue partout dans le monde". *In: Le Monde*, 6 novembro.
- FANTASIA, Rick. (1997). "Spectaculaire victoire des camionneurs américains". *In: Le Monde Diplomatique*, outubro.
- FRANK, Thomas e MULCAHEY, David. (1997). "Grèves brisées des ouvriers américains", *Manières de voir (offensives du mouvement social)*, nº 35, setembro, Paris.
- HUBERT-RODIER, Jacques. (1996). "General Motors prêt à en découdre avec les syndicats". *In: Les Echos*, 20 maio.
- KIRKPATRICK, Peter. (1997). "Que révèlent la grève et le succès chez UPS sur l'évolution de l'opinion américaine". *In: L'Humanité*, 2 setembro.
- MARTINS, José. (1998). "Globalização e a greve na General Motors". *In: Lutas Sociais*, nº 5, SP, Neils.
- MOODY, Kim. (1998). "Acordo encerra a greve em Flint: mas problemas continuam insolúveis". *In: Lutas Sociais*, nº 5, SP, Neils.
- OLIVEIRA, Erson Martins de. (1998). "A greve da General Motors Corp expressou a agudização da crise capitalista". *In: Lutas Sociais*, nº 5, SP, Neils.
- PETRAS, James. (1999). *Neoliberalismo: Brasil, Estados-Unidos e Europa*. SC, Furb.
- SNOW, David e ANDERSON, Leon. (1998). *Desafortunados (um estudo sobre o povo da rua)*, RJ, Vozes.